

Autor:

António Resende de Oliveira

antonioroliveira19@gmail.com

Título:

A Casa do Conde Dom Pedro: uma aproximação

Resumo:

No século XIV, a alta nobreza e os membros da linhagem régia mantinham ainda capacidade de exercício do poder político nas honras ou territórios coutados que detinham e lhes eram reconhecidos. Ao mesmo tempo, em Portugal, colava-se-lhes, na representação da sociedade da altura, a ligação à actividade militar, onde era suposto terem um papel eminente. Daí a organização das respectivas casas à imagem da régia, tendo a documentação do período deixado diferentes marcas desse epigonismo nobiliárquico. Neste ensaio procuramos acercar-nos daquelas que dizem respeito à casa de D. Pedro, conde de Barcelos, alferes-mor de D. Dinis e de D. Afonso IV, e figura cimeira de um primeiro momento da cultura portuguesa, que ele tenta igualmente preservar no período da sua vida em que se afasta da corte, isto é, durante o governo de D. Afonso IV.

Palavras-chave:

D. Pedro, conde de Barcelos; casa senhorial; funcionários e vassallos; *Livro I do hospital do conde D. Pedro*.

Abstract:

In Portugal, during the 14th century, members of the high nobility and of the royal family still held the exercise of political power in their own lands and estates, called «honras» or «coutos». Besides that, the coeval mind frame connected them with warfare, since they were supposed to play a major military role. Henceforth, the household of high nobles followed the model of organisation of the king's court, as some documents testify. In this article, we will address the constitution and organisation of the household of D. Pedro, count of Barcelos, «alferes-mor» (Lord Protector) of kings Dinis and Afonso IV, who was also the most preeminent figure of early Portuguese culture. His *oeuvre*, produced during the reign of Afonso IV, when he estranged himself from the royal court, endeavoured to preserve the memory of both literary and warrior deeds of the Iberian aristocracy.

Keywords:

Pedro de Barcelos; Count D. Pedro; medieval aristocratic household; officials and vassals; *Livro I do hospital do conde D. Pedro*.

Como citar este artigo:

António Resende de Oliveira, «A Casa do Conde D. Pedro: uma aproximação», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, nº 5, 2020, pp. 31-60.
DOI: <https://doi.org/10.21747/21839301/gua5a2>

A CASA DO CONDE D. PEDRO: UMA APROXIMAÇÃO⁴⁷

António Resende de Oliveira
CHSC/FCT

Embora documentado a partir de 1289, a primeira aparição pública de D. Pedro Afonso, filho natural de D. Dinis, ter-se-á verificado tão só em 1303, quando testemunha na corte do pai uma doação à Ordem de Avis⁴⁸. Poderia ter então apenas cerca de 14 anos, se o documento do primeiro ano referido correspondesse a uma doação que lhe é feita pelo rei na altura do seu nascimento ou pouco depois. Não sendo possível afirmá-lo com certeza, era, de qualquer modo, considerado já adulto pelos inícios do século XIV, razão pela qual, no ano de 1304, acompanhou igualmente o séquito real na viagem a Aragão, onde D. Dinis concluiria as negociações diplomáticas conducentes ao tratado de paz entre os reis de Castela e de Aragão⁴⁹. Tratou-se, certamente, de um momento importante no percurso do jovem bastardo régio, que lhe permitiu abrir horizontes e conhecer os círculos cortesãos de duas das mais relevantes cortes peninsulares do período.

Foi por esta altura, não sabemos se antes ou depois da sua viagem a Aragão, que D. Pedro casou com Branca Peres de Portel, filha de Pero Anes de Portel e de Constança Mendes de Sousa, o que acabaria por deixar nas suas mãos parte do património de duas das mais importantes linhagens do século anterior⁵⁰. Iniciava-se, assim, um novo período da sua vida, marcado não apenas pela chegada à idade adulta, mas também pelo(s) casamento(s)⁵¹ e, sobretudo, pela necessidade de gerir um património e poderes significativos, dispersos por todo o território. Na realidade, se o património dos Sousas,

⁴⁷ Este artigo foi desenvolvido no âmbito do projeto MELE (Da Memória Escrita à Leitura do Espaço, POCI-01-0145-FEDER-032673), cofinanciado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI), através do Portugal 2020 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), e por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

⁴⁸ Entre as biografias mais recentes do Conde devem mencionar-se Cintra (1983, vol. I, cap. IV); Fernandes (1990, pp. 247-313), sobretudo; Pizarro (1999, vol. I, pp. 187-191; Oliveira (2011, pp. 369-389).

⁴⁹ Para a viagem e respectivo enquadramento histórico, Pizarro (2011, pp. 115-124).

⁵⁰ Marreiros (ed., 2019, vol. II, doc. 846).

⁵¹ Em finais de 1308, depois de negociações iniciadas a partir de Abril do mesmo ano, consumava já um novo casamento por procuração com Maria Ximenez Cornel, que se efectivaria pouco depois. Sobre estas negociações veja-se Lopes (1965, docs. I a VII).

uma das velhas linhagens de infanções apoiantes de D. Afonso Henriques, se situava sobretudo no Entre-Douro-e-Minho e Beiras, até ao vale do Mondego, o dos Aboim/Portel, embora na sua origem se situasse tão só na região ao sul do Lima, acabara, com D. João Peres de Aboim, por alastrar no Alentejo à volta de Portel, novo centro senhorial da linhagem, e ainda pela Estremadura e região de Santarém, em ligação com a presença de D. João Peres na corte e o papel nela desempenhado durante o reinado de D. Afonso III⁵².

Esta alteração, no que ao seu património dizia respeito, não se ficou por aqui. Pouco depois, D. Pedro beneficiaria também de novas doações do monarca seu pai, agora dignas da condição de grande senhor a que se alcançara. Foi o caso da doação dos bens régios na terra de Gestaço, junto a Amarante, e respectiva jurisdição — que se exerceria sobre um amplo território situado entre a margem esquerda do Tâmega e as encostas do Marão — e, em 1314, da doação de Barcelos acompanhada pelo título condal, que ocorria pouco depois da morte do seu segundo conde, o magnate D. Martim Gil de Riba de Vizela⁵³.

Com esta doação podemos dizer que se concluía, cerca de 11 anos depois do seu aparecimento na corte, a constituição da sua importante casa, que o colocava entre as figuras de maior peso na corte do pai. Não por esse património se ter mantido nas suas mãos até à sua morte — ocorrerão sucessivas alterações dos seus bens devido a doações recebidas ou feitas pelo próprio Conde, conflitos com outras linhagens que reivindicavam igualmente parte dos bens provenientes do seu casamento, etc —, mas tão só pelo facto de estar constituído na sua parte substancial, sendo esses bens que, em porção maior ou menor, serão transaccionados posteriormente. Relembrem-se igualmente as permutas efectuadas, como a que ocorreu num dos anos de 1303 a 1306 entre o Conde e D. Branca, de um lado, e D. Garcia Martins, comendador-mor da Ordem do Hospital, do outro, em que a Ordem recebeu os bens do casal em Montoito (c. do Redondo), tendo este recebido em troca os bens e jurisdições de Eixo e Óis da Ribeira (c. de Aveiro), exemplo lembrado também pelo facto de se tratar do único documento que nos permite situar o casamento de D. Pedro com D. Branca. Para além de eventuais razões de ordem familiar que pudessem estar subjacentes à permuta, evocadas aliás no diploma, tratar-se-ia igualmente de um exemplo de práticas gestionárias do património tendentes a valorizar bens não muito afastados do norte e centro do território, onde se pareciam centrar os maiores interesses do casal, reforçados depois, como vimos, com duas relevantes doações régias situadas no Entre Douro e Minho.

Assim, a partir de 1314, as zonas de maior concentração do seu património situavam-se junto do baixo Vouga, na região entre o Paiva e o Douro, onde se situa o seu paço de Lalim, no entre Tâmega e Douro, que integrava a terra de Gestaço, e, mais

⁵² Cf., para obter uma visualização aproximada das regiões e concelhos pelos quais se poderia estender, Ventura (1992, vol. 2), mapas dos bens de D. João Peres de Aboim e mapa dos bens dos Sousa e respectivos quadros (para uma sua concretização e das povoações em que se situavam).

⁵³ Marreiros (ed., 2019, vol. I, doc. 276; vol. II, doc. 450).

afastado, no seu condado de Barcelos. Outros bens aparecem mais isolados, com excepção de um núcleo próximo de Lisboa, destinado por Teresa Anes de Toledo, dama da rainha D. Beatriz a quem o Conde se liga no fim da sua vida, para a manutenção de um Hospital em Lisboa. A este hospital ele agregará ainda os seus bens de Torres Vedras e para ele nomeará, como provedor, Pero Esteves, seguindo a vontade de D. Teresa⁵⁴. É nas zonas patrimonialmente mais relevantes, muitas vezes integrados em honras ou coutos — isto é, em pequenos territórios que senhoreava —, que se situam os seus paços mais importantes; aqueles em que o vemos por vezes a despachar os mais variados documentos relativos à administração de seus bens, quer relacionados com as transacções resultantes da sua separação de D. Maria Ximenez ou do empréstimo feito por D. Teresa Anes, quer os relativos a doações ou a contratos ou questões mais específicas da gestão do seu vasto património. Salientem-se as presenças esporádicas em Eixo, Brunhido, S. Vicente da Beira ou, mais a norte, em Gestaço (na actual Madalena, junto a Amarante⁵⁵), ou as estadias mais prolongadas no seu paço de Lalim, próximo de Tarouca, onde mandou redigir cerca de metade das cartas que saíram das residências ou paços que detinha. Embora não tivéssemos conseguido detectá-lo em Barcelos, tal dever-se-á, certamente, menos à sua ausência da região do que à perda de documentação de instituições da zona com as quais sabemos ter mantido contactos. Pensamos, antes de mais, no mosteiro de Santo Tirso, onde a documentação medieval preservada não faz jus à importância do mosteiro no período⁵⁶.

A gestão de um património tão avultado e disperso, quer numa perspectiva mais administrativa, quer política (se pensarmos nas honras e coutos), aliada ao aparato militar de que se rodeava a mais alta nobreza do período —aparato exigido também pela sua eventual participação no exército régio—, implicava a constituição de uma casa, no sentido de um grupo de pessoas mais ou menos dilatado, hierarquizado e dividido para atender às tarefas necessárias à manutenção do novo centro de poder. Adscrito a diferentes ofícios e desdobrando-se em múltiplas funções, esta casa obedecia a uma estrutura cujo modelo último era a casa real, que a alta nobreza senhorial pretendia de algum modo mimetizar: cargos superiores de superintendência; um grupo dedicado à manutenção quotidiana do(s) paço(s) e seus habitantes e que cuidava ainda dos percursos da itinerância quando o senhor se encontrava em viagem; um grupo mais ou menos nutrido de cavaleiros e vassallos; outro ligado à gestão das propriedades, alugando-as, recolhendo tributos, julgando, etc; alguns clérigos para tarefas do foro eclesiástico, alguns escrivães, ...

⁵⁴ Para um mapa do senhorio do Conde no centro e norte de Portugal, veja-se Oliveira (2011, p. 388). Ao sul do Mondego, com a excepção dos bens da Estremadura ligados ao hospital, trata-se já de um património residual, situado na Beira e Alentejo interiores e em Tavira.

⁵⁵ De acordo com a proposta de A. de Almeida Fernandes na GEPB (vol. XXXI, pp. 444-445).

⁵⁶ Cruz (1938, Apêndice II); Correia (2007, vol. I, pp. 10-14), para uma indicação mais geral da documentação medieval preservada.

Vários historiadores interessaram-se já pelo conhecimento da casa do Conde, elencando vários dos seus membros. Refiro-me sobretudo a A. de Almeida Fernandes e a José Augusto Pizarro que começaram a desvendar o grupo de homens que o rodearam e assessoravam em diferentes trabalhos, imprescindíveis ao quotidiano de qualquer centro de poder, de maior ou menor dimensão⁵⁷. Alguma documentação aragonesa mais recente e o *Livro I do Hospital do Conde*, do Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, permitem dobrar os números anteriores, dando-nos uma ideia mais aproximada da micro-sociedade que se reuniu à volta do Conde na primeira metade do século XIV⁵⁸.

Ao contrário de D. Dinis, do qual sobreviveram inventários de 1278-1282 relativos à casa que o pai lhe montou quando ainda era infante⁵⁹ — e onde são concretizados não apenas muitos dos objectos de uso corrente recebidos, ligados à casa ou cozinha, mas também tecidos e roupas necessários à casa ou mesmo destinados às soldadas de funcionários e vassalos, e ainda muitos desses funcionários, em particular os da casa e do grupo de vassalos que lhe foram adscritos—, nada de semelhante foi encontrado para D. Pedro Afonso. Faltam-nos, assim, elementos que permitam concretizar a génese da sua casa senhorial, de modo a podermos seguir o seu percurso evolutivo e eventuais alterações que se tenham verificado no meio século da vida adulta do Conde. Em relação a este ponto apenas poderemos sugerir as hipóteses mais prováveis, tendo em conta a própria trajectória deste bastardo régio. Na realidade, actualmente, a constituição da sua casa é-nos dada conhecer apenas pela presença na documentação por ele produzida, ou com ele relacionada, de algum nome que tenha associado a si uma qualquer função ou cargo aí desempenhados. Significa isso que, no elenco de nomes remetido para anexo, só excepcionalmente foram incluídos aqueles indivíduos que, embora comparecendo em documentação do próprio D. Pedro, não possuíam qualquer indicação de pertença à sua casa⁶⁰.

Sobre os inícios da casa do Conde nada sabemos. É provável, no entanto, que a sua formação datasse da altura do seu casamento com Branca Peres, talvez de inícios do século XIV. Tendo em conta que a sua fortuna inicial derivava sobretudo desse matrimónio, teremos de admitir também que alguns dos funcionários encarregados da sua administração estivessem já no terreno, ligados anteriormente quer aos senhores de Sousa e de Portel, quer aos respectivos herdeiros. Na realidade, de momento, temos de esperar por 1309 para identificarmos os primeiros homens do conde: Vasco Martins

⁵⁷ Fernandes (1990, p. 308), com uma dúzia de nomes; Pizarro (1999, vol. I, p. 192), que acrescenta outros tantos aos anteriores.

⁵⁸ Sobre a utilização do Livro I, que identificaremos como LHC, veja-se o Anexo 1.

⁵⁹ Azevedo (1916, pp. 41-59).

⁶⁰ Para além da lista dos membros da casa do Conde (Anexo 2), incluímos igualmente uma segunda lista (Anexo 3), bem mais breve, de figuras, sobretudo membros da corte, vassalos ou familiares régios que, embora não pertencendo à sua casa, representaram de algum modo, em diferentes momentos, como tutores, procuradores, etc., os interesses de D. Pedro.

da Cunha, seu mordomo-mor, e que permanecerá no cargo até 1323, pouco antes da sua morte; e o escudeiro Lourenço Martins⁶¹. Na década seguinte, detectamos, logo em 1310, o seu vigário de Gestaço, um alto funcionário da justiça actuante no território da bacia do Tâmega que o pai lhe doara quatro anos antes⁶², mas somente nos seus anos finais surgem documentados três dos seus cavaleiros, dois dos quais o acompanharam no exílio castelhano, aparecendo então como seus emissários, bem como o seu chanceler, este na altura em que o conde procedia a uma inquirição em terras de Santa Maria⁶³.

Já nos anos vinte, graças, sobretudo, a um documento saído do seu paço de Lalim a 22 de Maio de 1323, no qual D. Pedro elenca os casais do mosteiro de Arouca dos quais era prestameiro em vida, começamos a vislumbrar melhor o corpo dos seus vassallos. Encontravam-se então no paço, nada menos do que seis dos seus cavaleiros, entre os quais o alferes e mordomo, os primeiros a testemunhar o documento: Lopo Soares de Albergaria (alferes), ... [?] (“meu mordomo”⁶⁴), os irmãos Rui Gonçalves e Vasco Gonçalves Pereira, Martim Esteves de Moldes/Molnes e Gonçalo Esteves de Tavares, sendo os últimos quatro identificados como vassallos do Conde⁶⁵. A este séquito juntavam-se, ainda, o esmoler do Conde, Gonçalo Rodrigues, e João Mateus, escrivão e abade de Pera. Na mesma década e ano, uma contenda entre o mosteiro do Lorvão e o Conde desvenda-nos ainda a acção do vigário de D. Pedro na região de Aveiro, enquanto quatro anos mais tarde, no Alentejo, um tabelião do Conde testemunhava um aforamento feito por D. Maria Ximenez⁶⁶.

Atingida cerca de metade da trajectória da vida adulta de D. Pedro, são ainda poucos (dezasseis ou dezassete) os membros da sua casa retirados da documentação coeva. Conhecemos já os três cargos maiores, isto é, o mordomo, o alferes e o chanceler, mas o primeiro falecerá pouco depois e nada sabemos acerca da sua substituição, enquanto o segundo e o terceiro não voltamos igualmente a encontrá-los na documentação posterior. Todos tinham funções de superintendência: o último na parte relativa à documentação escrita, cujo papel e importância aumentaram à medida da pressão crescente da corte régia sobre a governação nos mundos senhorial e concelhio;

⁶¹ Ambos tomavam posse, na primeira das datas referidas, da quintã de Brunhido, junto ao Vouga, doada a Pedro Afonso pelo cavaleiro Martim de Espiunca. Cf. Pizarro (1999, vol. II, p. 371, n. 156).

⁶² TT (gav. 12, m^o 6, doc. 20), por indicação de Leontina Ventura, a quem renovo o agradecimento.

⁶³ Cf. Fernandes (1990, p. 308 [para Gonçalo Anes de Veire e Fernão Vasques Pimentel]); Lopes (1965, doc. XVIII [para Álvaro Afonso de Espargo]); Monarquia Lusitana (a partir de agora ML), vol. V, 184v (para o chanceler Gonçalo Rodrigues). Relativamente à cronologia de Fernão Vasques Pimentel veja-se a nota respectiva no Anexo 2.

⁶⁴ Do nome resta apenas parte da letra inicial e da final, não sendo claro que se trate do mordomo documentado já em 1309. Cf., no entanto, Pizarro (1999, vol. II, p. 372).

⁶⁵ TT-CR (most. de Arouca, gav. 7, m^o 3, n^o 1).

⁶⁶ Pizarro (1999, vol. I, pp. 188-189 [para o vigário de Vilarinho]); Rodrigues (2018, doc. 1 [para João Domingues, tabelião]).

o segundo na chefia do grupo de cavaleiros e escudeiros e respectivos homens; e o primeiro em tudo o que dizia respeito à gestão da casa condal, nomeadamente a tomada de posse da quintã doada ao Conde na região do Vouga, que entregara ao já citado escudeiro Lourenço Martins.

Isoladamente, surgem-nos também um tabelião do Conde, João Domingues, que testemunha em Canal (ao sul de Estremoz) uma transacção efectuada pelo preitador da condessa Maria Ximenez; e um vigário de Vilarinho (Esgueira). Este último, tal como Lourenço Gonçalves em Gestaço, representavam o Conde na administração da justiça nas honras e coutos que possuía no norte e centro do território⁶⁷. Dado que surgem vinculados a regiões específicas, é natural que o Conde dispusesse de vários vigários atendendo ao facto de nos encontrarmos perante um senhorio disperso por boa parte do território. A documentação conhecida parece confirmá-lo pois nos permite conhecer mais um dos seus vigários, concretamente o das honras de Paços de Gaiolo e de Gontigem, no julgado de Benviver⁶⁸. Para além das questões associadas à administração da justiça, num tempo em que a divisão do trabalho ia ainda seguindo o seu curso (mormente em tarefas de carácter político-administrativo), vemos os vigários igualmente a tratarem da arrecadação de tributos, como ocorreu em Vilarinho, neste caso lesando o mosteiro de Lorvão, instituição cujo protesto nos permitiu, aliás, detectar este zeloso funcionário senhorial.

Se os diferentes cargos mencionados só apareceram episodicamente, ou quase, um há que domina claramente este contacto com a casa do Conde na primeira metade do seu percurso: o dos seus cavaleiros e vassallos que constituem claramente a maior parte de todo o conjunto. A maioria deles pertencem a linhagens bem conhecidas, de uma nobreza média, a espaços com ligações à corte e chegando mesmo a ocupar aí alguns cargos; ou de uma nobreza média mais regional, cuja aposta passaria pela valorização do seu património e afirmação a nível local ou regional⁶⁹. Estão no primeiro caso membros das linhagens dos Cunha, Pereira e Pimentel, que de longa data ou mais recentemente tinham tido trajectórias de aproximação da corte régia por parte de algum ou alguns dos seus membros. Menos presentes na corte, os Molnes, originários da terra de Faria, aproximam-se dela por via do serviço de membros da família régia como é o caso de Martim Esteves⁷⁰. Menos conhecidas, enfim, as linhagens de Espargo e de Veire representarão mais uma nobreza inferior de âmbito puramente regional, que encontra no serviço vassálico um meio de compensar um património comparativamente

⁶⁷ Sobre a administração dos territórios senhoriais no período vejam-se Serrão e Marques (1996, pp. 589-602); Marreiros (1984-1985, pp. 10-38); Marques (1990, vol. IV, pp. 1527-1566).

⁶⁸ Cf. Pizarro (1999, vol. I, p. 191).

⁶⁹ Para a hierarquização da nobreza neste período veja-se Pizarro (1999, vol. II, cap. VI), onde é proposto um novo modelo de hierarquização articulado pela corte.

⁷⁰ Sobre a evolução das linhagens Pereira, Cunha e Molnes, veja-se Pizarro (1999, vol. II, pp. 293-309, 347-382 e 403-416), respectivamente. Para os Pimentel, Sousa (2000, pp. 132-137), onde é traçada uma breve resenha biográfica de Fernão Vasques Pimentel.

menos robusto. Tendo em conta esta dupla realidade, as bases de recrutamento desta vassalidade poderiam estar ligadas quer à presença de algumas linhagens na corte, quer à sua ligação a terras próximas daquelas que se tornarão as bases de eleição da actividade do Conde, isto é, o Centro e o Entre Douro e Minho. Haveria ainda lugar à possibilidade de transferências da dependência dos senhores de Sousa e de Portel para o Conde, sobretudo a partir do momento em que este assume parcialmente o legado de ambas as linhagens. Mas é algo que somente poderemos avaliar a partir do momento em que conhecermos melhor o séquito militar de ambas as casas, particularmente nas últimas décadas do século XIII ou nos inícios do seguinte⁷¹.

Apesar de o conjunto mais substancial de nomes da casa do Conde nos surgir apenas a partir da segunda metade da vida activa de D. Pedro, isto é, a partir dos inícios da década de trinta, a realidade é que esta década poucas alterações traz em relação ao que conhecíamos do período anterior. A partir de meados dos anos vinte, com a morte do pai e os inícios do governo do meio-irmão D. Afonso IV, D. Pedro parece ter abdicado da vida cortesã para se dedicar à gestão do seu património e, sobretudo, à preparação da obra que nos deixou. A sua vida pública apaga-se, em parte também por falta de alguma documentação, certamente, pois não deixa de ser estranho que quase nada tenhamos sobre a sua presença e acção no Entre Douro e Minho, a não ser duas queixas: uma do próprio Conde ao rei, relativa a privilégios condaís que estariam a ser postos em causa pelo corregedor de Entre Douro e Minho; outra do abade de Paço de Sousa ao juiz de Penafiel de Sousa, queixando-se do Conde que, acompanhado por um nutrido séquito, desbaratava alguns dos bens do mosteiro em Galegos⁷². Por outro lado, não se detectam alterações significativas no domínio patrimonial⁷³.

Nesta quase estabilidade, não propiciadora de grande produção escrita de cariz administrativo, um documento, logo dos inícios da década, revela-nos um terceiro vigário, Domingos Esteves, o funcionário responsável pela administração da justiça nas honras de Paços de Gaiolo e de Gontigem. E, já nos finais da década, a documentação de Santo Tirso permite-nos acompanhar Clemente Martins, o juiz do Conde em Gestaço,

⁷¹ Assinale-se desde já, no entanto, que Fernão Vasques Pimentel terá passado da vassalidade do anterior conde de Barcelos, D. Martim Gil de Riba de Vizela, para a do conde D. Pedro, seu sucessor no condado, dado estar documentado como testamenteiro daquele magnate em 1313. Cf. ML (vol. VI, p. 197).

⁷² Conhecemos a primeira queixa através da carta que o rei manda ao dito corregedor para averiguar da justeza (ou não) dela através de uma inquirição local. Cf. Marques (1990-1992, vol. III, doc. 298) e Pizarro (1999, vol. I, p. 191), para a aposentação do Conde em casais do mosteiro de Paço de Sousa. As queixas reportam-se já a acontecimentos ocorridos antes de meados de 1341, no primeiro caso, e a meados da mesma década, no segundo.

⁷³ A alteração mais significativa ter-se-á verificado após o seu regresso do exílio, em 1323, quando, sob a arbitragem do rei, chega a acordo com Martim Afonso de Sousa e Gonçalo Anes de Briteiros sobre parte da herança dos Sousa. Cf. Pizarro (1999, vol. I, p. 176 e vol. II, p. 182).

em demanda de pagamentos que supostamente lhe seriam devidos junto do abade do mosteiro⁷⁴.

Neste período, a vida do Conde era perturbada pelo conflito com Castela datado da segunda metade da década, altura em que ele, alferes régio, se ocupa da defesa da fronteira do Minho, junto a Valença, avançando afoitamente em território galego e afrontando as tropas reunidas pelo arcebispo de Santiago e pelo adiantado da Galiza e obrigando-as a acolherem-se ao castelo de Entenza, que sitiaram praticando destruições na região⁷⁵. Na sequência desta guerra, com movimentações de tropas em várias fronteiras do território, a atenção do Conde foi ainda chamada pela ameaça de uma nova invasão muçulmana proveniente do norte de África, resolvida na vitória do Salado, na qual o rei castelhano teve o apoio de tropas portuguesas, mas onde D. Pedro não esteve presente, conforme conta na sua *Crónica de 1344*⁷⁶.

Na primeira metade dos anos quarenta, no contexto da feitura de duas cartas de procuração do Conde tendo em vista a gestão dos seus bens em Sintra, testemunham os actos alguns novos membros de sua casa, como, na primeira delas, o almoxarife Antonino Durães, um dos procuradores por ele escolhido; o cavaleiro e vassalo Rui Gonçalves Franco e seu filho, ambos pertencentes a uma linhagem próxima da família da mãe; o clérigo Vicente Anes, certamente o seu sobrinho Vicente Anes Froyaz; João Marques, celeiro; e o escrivão João Lourenço⁷⁷. Na segunda procuração, de D. Pedro e de D. Maria Ximenez, repetem-se os Franco, pai e filho, acompanhados de Estêvão Gil, vassalo do Conde⁷⁸. Ao todo mais sete membros, alguns ligados a tarefas de carácter administrativo — como o almoxarife e o celeiro, o primeiro controlando a recepção de tributos, o segundo encarregando-se talvez do armazenamento de comida, vinho e outros produtos —, outros à escrita, como o clérigo e o escrivão, e três novos vassalos com os Franco e Estêvão Gil, um nome pouco vulgar em âmbito nobiliárquico, não comparecendo em qualquer dos livros de linhagens.

Finalmente, nos sete anos finais da vida de D. Pedro, o número dos membros da sua casa mais do que duplicará, não tanto por um seu acréscimo real, mas sobretudo pelo crescimento da produção documental que acompanhou as transacções então verificadas: clarificação final da divisão de bens entre o Conde e D. Maria Ximenez,

⁷⁴ Correia (2007, vol. II, sumários 130 e 133). Mais uma vez parece ter sido o excesso de zelo deste funcionário condal o responsável, pelo menos em parte, pela sua chegada à documentação escrita.

⁷⁵ Sobre esta campanha veja-se Martins (2005, pp. 44-47).

⁷⁶ Veja-se Cintra (1983, vol. I, pp. 163-165), onde transcreve a parte relativa ao Conde preservada na versão castelhana. Para os manuscritos da edição em curso desta versão veja-se Ferreira (dir., 2015, ms. U, parágr. 135; ms. Q2, parágr. 151).

⁷⁷ Procuração de 2 de julho de 1341 em LHC (doc. 24 [antigo doc. 50]).

⁷⁸ Procuração de 14 de outubro de 1345 em LHC (doc. 3-1 [antigo doc. 3]).

afastando-se esta para Aragão em 1347⁷⁹; transferência de bens para D. Teresa Anes, após o empréstimo feito ao Conde; testamentos de D. Teresa e de D. Pedro efectuados em 1348 e 1350, respectivamente, e traslado do primeiro; e, enfim, dotação e organização do hospital de D. Teresa em Lisboa, com bens situados em Lisboa e na Estremadura. O conjunto dos diplomas produzidos na corte condal desvendará então mais de trinta novos funcionários, que testemunham os documentos ou neles são mencionados, contribuindo para um melhor conhecimento dos seus efectivos mas, segundo pensamos, ainda longe de permitirem uma percepção clara sobre o percurso da casa e mesmo sobre os diferentes cargos a ela adscritos⁸⁰. Voltaremos a esta questão.

Deste último grupo, atendendo ao seu número e concentração em meados do século XIV, deixaremos uma indicação mais sintética, abordando-o conjuntamente a partir das principais tarefas desempenhadas — manutenção da casa propriamente dita, organização administrativa (e política) dos territórios condais e respectivo séquito militar — e remetendo para o Anexo 2 para a identificação das figuras envolvidas e fontes utilizadas.

O grupo de funcionários associado à casa é sem dúvida o mais robusto, com a presença do saquiteiro, do caminheiro e do pousadeiro, ao primeiro competindo a gestão da dispensa da casa, ao segundo a deslocação a povoações mais ou menos distantes, com missivas ou outros objectos que era necessário enviar com alguma brevidade, qual correio dos tempos modernos, e ao último a gestão das estadias do Conde quando em deslocação para a corte, em visita aos seus territórios de Entre Douro e Minho, etc. A ele pertencem igualmente os três escrivães documentados em igual período, bem como quatro clérigos, um deles identificado como capelão do hospital do Conde, outro como esmoler, isto é, responsável pela actividade caritativa da Casa, e o abade de Britiande como testamenteiro do Conde em 1354⁸¹. Na componente administrativa surge um novo almoxarife, dois vedores, um dos quais dos seus bens de Torres Vedras, um procurador (que poderá ter substituído o tabelião de Lisboa Estêvão Fernandes, dado tratar-se do seu filho), um cozinheiro e um ouvidor. Se o almoxarife superintendia a arrecadação de tributos e rendimentos do Conde, já os vedores geriam os bens à sua guarda, o mesmo fazendo o procurador nas tarefas para as quais recebera delegação. O ouvidor, enfim, tal como o vigário, representava D. Pedro na administração da justiça nos territórios sob o seu governo, cível ou crime, ou ambas, consoante os documentos que fundamentavam o exercício do poder nos diferentes domínios. No

⁷⁹ Apenas a documentamos em Portugal até 11 de agosto de 1347, quando vende ao Conde os bens que lhe dera em arras e os que possuía com ele em comum. Cf. Freire (1996, vol. I, p. 268), e respectivo traslado em LHC (doc. 5 [ant. doc. 25]).

⁸⁰ Aduzimos já, como justificação desta percepção, a quase ausência de documentação relativa aos seus bens do Entre Douro e Minho, que relacionámos em parte com a perda de documentação de algumas instituições às quais o vemos ligado.

⁸¹ Nesta ordenação por tarefas o grupo clerical será talvez o mais difícil de situar, pois tanto poderia cumprir funções mais ligadas à casa como administrativas. Associámo-lo à primeira atendendo às funções religiosas e ao apoio que alguns deles terão dado à obra cultural do Conde.

grupo de vassalos, identificam-se três cavaleiros e dois escudeiros, um destes quase seguramente ligado a D. Teresa Anes, atendendo ao seu apelido e ao facto de testemunhar o seu testamento⁸².

Fora destes grupos, registámos ainda sete membros da casa identificados apenas como homens do Conde, sem indicação de qualquer cargo, mais dois homens da condessa Maria Ximenez, e cinco criados, sendo dois do Conde, dois de D. Teresa e um de D. Maria. Estes, criados pelo Conde ou pelas mulheres em causa, serão certamente membros da pequena nobreza ou familiares próximos que ficaram à sua guarda⁸³.

Antes de algumas reflexões finais, concluímos a seriação feita elencando agora todos os membros da casa que conseguimos documentar, agrupando-os de acordo com a sua ligação à casa, à gestão patrimonial e senhorial e ao corpo de vassalos, e fazendo-os anteceder pelos familiares e criação do Conde, de D. Maria e de D. Teresa.

FAMÍLIA E CRIAÇÃO

Afonso Anes [Froyaz?] - criado do Conde e merceeiro do hospital; porventura seu primo.

Branca Peres de Portel - 1º casamento (documentado em data entre 1303 e 1306).

Dominga Esteves - criada de D. Teresa; é freira de Santa Clara em 1348.

Estêvão Garcia - criado do Conde (ver Património).

Ilhana (Juliana)- ligação ao Conde antes de 1229, quando este lhe doa bens em Leiria⁸⁴.

Lourenço Anes - criado e preitador de D. Maria Ximenez (ver Património).

Maria Ximenez Cornel - 2º casamento (1308). Afasta-se para Aragão em 1347.

Pero Esteves - criado de D. Teresa e vedor da casa do Conde (ver Património).

Teresa Anes de Toledo - ligação ao Conde documentada a partir de 1348⁸⁵.

DA CASA PROPRIAMENTE DITA

Afonso Anes - Chantro (?) da condessa

Afonso Anes de Basto - homem do conde

Afonso Peres - clérigo

Afonso do Sabugal - escrivão

Afonso de Sousa - homem da condessa

Álvaro Anes - homem do conde

Antão Afonso (abade de Britiande) - testamenteiro

Garcia Peres - saquiteiro

⁸² O escudeiro João Afonso Castelão aparece unicamente entre os presentes à redacção do testamento de D. Teresa Anes no paço do Conde de S. Vicente da Beira em Dezembro de 1348. Cf. Sousa (1946, vol. I, p. 172); Fernandes (1990, p. 462).

⁸³ Tal poderá ser, em relação ao Conde, o caso de Afonso Anes, se se tratar de Afonso Anes Froyaz, referido no testamento da mãe de D. Pedro como seu sobrinho. Cf. Sousa (1946, vol. I, p. 167).

⁸⁴ Rodrigues (2018, doc. 2). O documento havia já sido reportado por Arribas Salaberri (1971, p. 239), que dele deixara uma transcrição muito deficiente (pp. 245-246).

⁸⁵ Ver, no entanto, reflexões finais.

Gil Anes - escrivão
Gonçalo Anes - homem do conde
Gonçalo Rodrigues - esmoler
João de Ansiães - homem do conde
João Domingues - tabelião
João Esteves - clérigo, capelão do hospital
João Fernandes? - homem do conde
João Lourenço - escrivão
João Marques - celeiro
João Mateus - escrivão
Martim Martins - caminheiro
Martim Vasques - pousadeiro
Pedrolo - homem do conde
Pero Anes de Barcelos - testamenteiro
Tomé Gonçalves - cozinheiro
Vicente Anes Froyaz - clérigo e chanceler
Vicente Martins - homem do conde

PATRIMÓNIO E PODER

Anónimo - vigário (de Vilarinho)
Antonino Durães - almoxarife
Clemente Martins - juiz
Domingos Peres - almoxarife
Domingos Esteves - vigário
Estêvão Fernandes (tabelião de Lisboa) - procurador do conde
Estêvão Garcia - procurador de Pero Esteves (ver Família)
Estêvão Peres - vedor dos bens de Torres Vedras
Lourenço Anes - preitador de D. Maria Ximenez
Lourenço Esteves - procurador do conde (fº de Estêvão Fernandes)
Pero Esteves - provedor do hospital (ver Família)
Vasco Anes de Tarouca - ouvidor do conde e de D. Teresa Anes

VASSALIDADE

Afonso Martins do Vale
Álvaro Afonso de Espargo
Estêvão Gil
Fernão Vasques Pimentel
Gonçalo Anes de Veire
Gonçalo Esteves de Tavares
João Afonso Castelão - escudeiro
João Fernandes de Gouveia

Lopo Rodrigues Franco
Lopo Soares de Albergaria - alferes
Lourenço Martins - escudeiro
Martim Esteves de Molnes
Pero [Esteves] Coelho
Rui Gonçalves Franco
Rui Gonçalves Pereira - testamenteiro
Vasco Gonçalves Pereira
Vasco Martins da Cunha - mordomo-mor
Vasco Martins de Resende
Vasco Martins do Vale - escudeiro

Da família do Conde, pensando sobretudo nas mulheres com quem casou ou a quem se ligou, se exceptuarmos D. Maria Ximenez, sabe-se pouco. Nem sequer é possível definir com um mínimo de segurança a cronologia do seu primeiro casamento com Branca Peres de Portel, a responsável por boa parte da fortuna do Conde. Conhecemo-lo apenas através de um traslado tardio de um escambo do casal com o prior do Hospital D. Garcia Martins, que esteve à frente da Ordem entre 1303 e 1306. A brevidade da ligação, da qual nasceu um filho que acabou por não sobreviver, talvez justifique em parte este deserto documental. Mas como em 1308 o Conde casava por procuração com Maria Ximenez Cornel, Branca Peres terá falecido talvez em 1307. O segundo casamento é já mais bem conhecido graças a um conjunto significativo de cartas trocadas entre as cortes portuguesa e aragonesa em diversas fases do seu percurso e a alguns documentos portugueses subsistentes. Se as cartas deixam entender uma ruptura do casal cerca de 1316 e é inequívoca a sua presença em Portugal até 1247, um dos seus maiores mistérios foi sabiamente analisado em tempos recentes⁸⁶. A partir de 1322, já separados, actuam em conjunto na gestão do seu património através de cartas de procuração, a primeira das quais do mesmo ano e passada ao Conde por D. Maria⁸⁷. Deste percurso de ambos até 1247, ditado, como se vê por questões patrimoniais — e resolvido finalmente em 1247 com a respectiva divisão —, merece realce uma carta de 1329, do tabelião geral do reino Lourenço Martins, em que se refere uma audiência do rei a D. Maria onde esta acaba por consentir a doação que o Conde pretendia fazer à sua “manceba” Juliana de bens que possuíam em Leiria, não sem antes dar conta da sua discordância quanto à doação feita⁸⁸. Para além da personalidade da mulher do Conde, o documento desvenda uma nova ligação do mesmo, provavelmente posterior ao seu exílio castelhano, a uma Juliana de Leiria, a

⁸⁶ Lopes (1965); Miranda (2018, pp. 55-75); cf., sobretudo para o período de 1327-1347, Rodrigues (2018, pp. 77-99).

⁸⁷ Cf. Freire (1996, vol. I, pp. 264-265).

⁸⁸ Para a edição de Miguel Rodrigues ver nota 37.

quem resolvera fazer a doação mencionada. Não voltamos a deparar com ela na documentação condal e somente após a saída do reino de D. Maria nos apercebemos de uma segunda dona ao lado do Conde: D. Teresa Anes de Toledo, dama da casa da rainha D. Beatriz. Como a divisão de bens com D. Maria se tinha efectivado em agosto de 1247 e, no fevereiro seguinte, o Conde transfere para D. Teresa várias propriedades como paga da dívida que com ela contraíra para comprar os bens da mulher, depreendemos que já viveriam em conjunto. Dado o carácter de D. Maria, interrogámo-nos o quanto terá pesado na sua resolução de se ausentar de Portugal esta nova ligação do Conde, mesmo que na data referida ela pudesse não ser muito recente. Se não sabemos quando se iniciou a ligação, olhando para o percurso conhecido do Conde, um período mais favorável seria sem dúvida o de 1340-1343, quando é segura a sua presença em Lisboa⁸⁹. Mas deve dizer-se que a documentação relativa ao conde na década anterior não é significativa, apesar de vermos o casal, logo em 1331 e depois em 1334, em transacção de bens com o mosteiro de Paços de Sousa⁹⁰.

A integração em âmbito familiar dos ‘criados’ de D. Pedro, de D. Maria e de D. Teresa, isto é, do quinteto identificado como tendo sido por eles criado, individual ou conjuntamente, resulta, como é conhecido, do facto de esta criação andar associada sobretudo à família ou à vassalidade dos conjuges, essa extensão da família tão presente no período e que nos levou a admitir a identificação de Afonso Anes com um sobrinho de Graça Froyaz, mãe do Conde.

Já o núcleo relativo à casa, parecendo o mais consistente, enferma de dois problemas. Um deles é o peso do grupo de ‘homens do conde’, nada menos do que sete, que não aparecem associados às funções que desempenhavam nesta corte feudal. Pertencendo inquestionavelmente à casa condal, será menos segura a sua adscrição ao serviço da casa propriamente dita, eventualmente na dependência de outros funcionários, na medida em que poderá igualmente tratar-se de funcionários ligados à administração do património, apoio em funções judiciais, etc. O segundo problema, na perspectiva do conhecimento dos funcionários da casa, é o peso dos homens da escrita, nada menos do que dez, se associarmos os clérigos e escrivães documentados, com cinco elementos cada. Conhecido o importante trabalho de recolha, organização e cópia implicada na obra que o Conde nos deixou, será talvez por aí que se pode justificar este número, mesmo que nem todos os clérigos tenham participado nas actividades culturais de D. Pedro⁹¹.

⁸⁹ Para além do seu chamamento à corte na preparação do recontro com os muçulmanos no Salado, está documentada essa presença nos verões de 1341 e 1343. Cf. Cintra (1983, vol. I, p. CLXIII); LHC (docs. 23 e 24 [antigos 49 e 50]).

⁹⁰ Fernandes (1990, p. 288).

⁹¹ Sobre o contributo cultural do Conde, Miranda e Ferreira (2015, pp. 25-43) e, mais recentemente Ferreira (2019). Para um enquadramento histórico mais geral na cultura senhorial do período Serrão e Marques (1996, pp. 660-691).

Esta verdadeira sangria dos funcionários que associamos à casa deixa-nos com um conjunto reduzido de funções — caminheiro, celeiro, pousadeiro, cozinheiro e saquiteiro — mesmo que lhes associemos os cargos de topo do mordomo-mor, do alferes e do chanceler, também já referidos. Estamos, de facto longe da lista que pode ser retirada do “Inventário e contas de D. Dinis”, relativo a 1278-1282 — onde surgem o reposteiro-mor, o reposteiro, o estribeiro-mor, o ‘escanceiro’-mor, dois copeiros-mores, um prateiro, um falcoeiro, etc⁹². De qualquer modo, talvez a única diferença entre o infante herdeiro e o Conde, mesmo admitindo que o inventário deste pudesse ser menos rico e diversificado que o do infante, seja afinal não dispormos para a casa condal de um documento idêntico que nos permita mostrar também em toda a sua amplitude a diversidade de cargos e funções que vemos neste inventário excepcional.

Os cargos associados ao património e poder, com vigários e um ouvidor, almoxarifes e vedores, procuradores e um provedor do hospital, contemplam todas as áreas da governação política e patrimonial, mas não parecem fazer jus a um património e senhorio que se alarga sobretudo ao norte e centro do território português. Sendo muitos desses cargos de carácter local ou regional, o facto de a documentação do conde ter privilegiado cargos mais ligados à zona de Lamego, em ligação ao lugar central ocupado pelo seu paço de Lalim (de onde dirige uma maior atenção para a sua produção literária), e em parte associados à região de Lisboa ou tornados visíveis no contexto da manutenção do hospital fundado por D. Teresa, acabou por tornar algo desequilibrada, geograficamente, a perspectiva que podemos ter do conjunto dos homens que suportaram o seu vasto senhorio. Basta pensar na quase total ausência de documentação que nos esclareça sobre a dimensão administrativa do condado de Barcelos, do qual somente conseguimos recuperar o nome de Pero Anes de Barcelos, certamente uma figura importante do condado, e da maior confiança por parte do Conde, dado aparecer-nos em 1354 como um dos testamenteiros encarregado de cumprir as suas últimas vontades.

Finalmente o séquito vassálico condal, sobre o qual me centrarei, de momento, sobretudo na respectiva representatividade. Neste particular, se o compararmos com a lista correspondente disponibilizada na documentação sobre a casa de D. Dinis antes citada, verificamos que com os seus dezasseis cavaleiros e três escudeiros será apenas ligeiramente inferior à do então infante herdeiro, o que, tendo em conta a precaridade das fontes de D. Pedro para o efeito, isto é, a possibilidade da existência de outros efectivos ainda não detectados na documentação subsistente ou que tão somente acabaram por passar ao lado da escrita, nos coloca perante quantitativos que poderão ser representativos das principais casas de infantes ou membros da mais alta nobreza⁹³.

⁹² Azevedo (1916, pp. 41-59). O exemplo dos oficiais da casa da rainha D. Beatriz de Castela, mãe de D. Dinis, detentora de Torres Vedras, Alenquer e Torres Novas, é igualmente significativo da diversidade dos que cuidavam da casa propriamente dita. Cf. Marques *et al.* (2012, pp. 453-456) e, para o respectivo senhorio, (pp. 436-443).

⁹³ Azevedo (1916, pp. 58-59, sobretudo).

Apesar de faltarem estudos dedicados ao potencial militar das grandes casas senhoriais portuguesas, é para números desta ordem, ou menores, que apontam os elencos até agora conhecidos, como os do infante D. Fernando de Serpa e os do infante D. Afonso, irmão de D. Dinis, tendo este chegado a constituir um perigoso senhorio fronteiriço na região de Portalegre⁹⁴. Por vezes, as bases de recrutamento destes corpos militares tocavam-se, como nos casos de Afonso Sanches e do Conde, seu meio-irmão, onde detectamos membros das linhagens de Tavares e de Molnes. E mesmo comparando o séquito do Conde com o do pai, quando ainda infante, em ambos encontramos Coelho, Cunhas e Molnes. O que não admira, tratando-se de linhagens que frequentaram mais ou menos episodicamente a corte, ou se aproximaram dela através do serviço vassálico a diferentes membros da família régia.

Era, enfim, do corpo dos seus vassallos, saídos, como vimos, de uma nobreza intermédia ou local, que eram escolhidos os principais cargos da casa, em particular o de alferes e o de mordomo, que o Conde entregou, pelo menos em parte do período analisado, a Lopo Soares de Albergaria e a Vasco Martins da Cunha. Surgiam também, por vezes, como procuradores ou emissários, e mesmo como testamenteiros. Para este último serviço, sinal de grande proximidade e confiança mútua, foi escolhido, entre poucos, Rui Gonçalves Pereira, que acompanhou o Conde durante mais de um quarto de século.

⁹⁴ Vejam-se as indicações de Martins (2014, p. 59 e segs.). Este autor inclui já catorze membros no elenco dos vassallos do Conde. Sobre o senhorio de D. Afonso e alguns dos seus vassallos, Nogueira (1991, pp. 19-45), e Pizarro (1999, vol. I, pp. 171-173).

ANEXO 1

O Livro I do Hospital do Conde D. Pedro

Talvez pela altura do seu doutoramento, o Miguel Gomes Martins, meu ex-aluno da Faculdade de Letras, sabendo do meu interesse pela figura do Conde D. Pedro (eu publicara pouco antes “O genealogista e suas linhagens...”), disponibilizou-me uma sua transcrição do *Livro Primeiro do Hospital do Conde D. Pedro*, designação pela qual é conhecida uma compilação e junção de documentos dos séculos XIV e XV guardada no Arquivo da Câmara de Lisboa, e relativa às transações de bens desse hospital nos finais da Idade Média⁹⁵. Se bem me lembro, a ideia era já aproveitar este núcleo documental para concretizar, de uma maneira mais alargada, o ambiente humano que alicerçou a casa senhorial montada por D. Pedro desde o seu casamento com Branca Peres de Portel até à sua morte em 1354.

A leitura desta compilação, olhando tão só para a respectiva sequência cronológica e apesar de não se detectarem grandes preocupações quanto a essa sequência, permite-nos dizer que há uma certa progressão cronológica, com frequentes saltos é certo, que engloba os nºs 1-23 e 39-44 (numeração antiga) que nos levam de 1343 a c.1430, seguindo-se um segundo conjunto onde se verifica um idêntico percurso entre 1348 (nº25) e 1479 (nº 53), sendo no entanto muito raros os documentos posteriores a meados do século XV. Paralelamente, algumas indicações de carácter formal (títulos, sumários de muitos documentos, referências ao “cartulário” ou ao “livro do dicto espital”) indicam que o primeiro conjunto (com excepção dos dois primeiros documentos) foi Cartulário do hospital e redigido talvez entre finais dos anos oitenta do século XIV e os inícios dos anos trinta do século seguinte⁹⁶. Antes do doc.3, na sequência do título, um segundo título mais descritivo concretiza o conteúdo do cartulário: “Este livro he dos tralados das cartas das possissoes que o espiital do conde D. Pedro e Tereiiga Annes ham.”

A transcrição de Miguel Gomes autonomizou este cartulário sob o nº 3, dado iniciar-se no terceiro documento, adicionando-lhe uma segunda numeração de 1 a 29 para os documentos do cartulário (portanto, de 3-1 a 3-29), continuando depois com a numeração inicial (do nº 4 ao 27) e indicando igualmente as correspondências da transcrição com a numeração antiga dos documentos. Seguindo esta transcrição, utilizaremos a respectiva numeração, deixando uma análise mais aprofundada da organização e ordenação deste Livro Primeiro para quem se abalançar à sua edição. No entanto, como ainda recentemente, numa edição dos sumários desta obra, surgiu uma nova numeração que segue a antiga mas com leves alterações, deixamos um quadro geral das correspondências entre as três propostas numéricas que conhecemos⁹⁷.

⁹⁵ Renovo os meus agradecimentos ao Miguel por esta pouco comum partilha de investigações e pelo seu despreendimento científico e amizade.

⁹⁶ Estes marcos cronológicos são retirados dos documentos 3-7 e 3-26.

⁹⁷ Cf., para a terceira, Santos *et al.* (2017).

Livro I do Hospital do Conde D. Pedro: quadro de correspondências

	Martins	Numeração antiga	Santos <i>et al</i>
	1	1	1
	2	2	2
	3-1	3	3
	3-2	4	4
	3-3	5	5
	3-4	6	6
	3-5	7	7
	3-6	8	8
	3-7	9	9
10	3-8	10	10
	3-9	11	11
	3-10	12	12
	3-11	13	13
	3-12	14	14
	3-13	15	15
	3-14	16	16
	3-15	17	17
	3-16	18	18
	3-17	19	19
20	3-18	20	20
	3-19	21	21
	3-20	22	22
	3-21	23	23
	3-22	39	39
	3-23	40	40
	3-24	42	43
	3-25	43	44
	3-26	44	45
	3-27	cont. do doc. 41	-
30	3-28	41 [fragmento]	42
	3-29	s/nº, depois 41A [frag.]	41
	4	24	24
	5	25	25
	6	26	26
	7	27	27
	8	28	28
	9	29	29
	10	30	30
	11	31	31
40	12	32	32
	13	33	33

	14	34	34
	15	35	35
	16	36	36
	17	37	37
	18	38	38
	19	45	46
	20	46	47
	21	47	48
50	22	48	49
	23	49	50
	24	50	51
	25	51	52
	26	52	53
	27	53	54

ANEXO 2

MEMBROS DA CASA DO CONDE D. PEDRO

AFONSO ANES (1354 e 1361)

Criado/merceeiro do hospital do conde

LHC (doc. 7 [antigo 27] e 3-6 [ant. 8])

AFONSO ANES (1327)

Chantro da Condessa D. Maria

Rodrigues (2018, doc. 1)

AFONSO ANES DE BASTO (1350)

Homem do conde

Sousa (1946, vol. I, p. 172); LHC (doc. 3-9 [ant. 11])

AFONSO DE SOUSA (1327)

Homem da Condessa D. Maria

Rodrigues (2018, doc. 1)

AFONSO LUCAS (1346)

Procurador

LHC (3-3 [ant. 5])

AFONSO MARTINS DO VALE (1350)

Vassalo

Sousa (1946, vol. I, p. 172); LHC (doc. 3-9 [ant. 11])

AFONSO PERES (1348-1350)

Clérigo⁹⁸

LHC, doc. 5 (ant. 25); Sousa (1946, vol. I, pp. 172 e 177)

AFONSO DO SABUGAL (1348)

Escrivão

LHC (doc. 2)

ÁLVARO AFONSO DE ESPARGO (1319)

Cavaleiro, emissário a Aragão

Lopes (1965, doc. XVIII)

ÁLVARO ANES (1354)

Homem

Fernandes (1990, p. 312)

ANÓNIMO (1323)

Vigário em Vilarinho (Esgueira)

Pizarro (1999, vol. I, pp. 188-189)

ANTÃO AFONSO (1354)

Abade de Britiande/Testamenteiro

Sousa (1946, vol. I, p. 173)

ANTONINO DURÃES (1341)

Almoxarife/Procurador dos bens do Conde em Sintra

LHC (doc. 24 [ant. 50])

CLEMENTE MARTINS (1337-1339)

Procurador/Juiz de Gestaço

Correia (2007, vol. II, sumários 130 e 133)

DOMINGA ESTEVES (1248)

Criada de D. Teresa Anes, freira de Santa Clara

Sousa (1946, vol. I, p. 171)

⁹⁸ Três indivíduos com este nome, que provavelmente são um só, comparecem em três documentos do Conde entre 1348 e 1350: um Afonso Peres, prior da Capinha, que testemunha em Castro Rei (Tarouca) o traslado de uma carta de D. Maria Ximenez (1348), um Afonso Peres, sem mais, que testemunha o testamento do Conde (1350), e um Afonso Peres, abade de Briate (Britiande), que testemunha no mesmo ano, no paço de Lalim, um traslado do testamento de D. Teresa Anes.

DOMINGOS ESTEVES (1331)

Vigário das honras de Paços de Gaiolo e Gontigem
Fernandes (1990, p. 288); Pizarro (1999, vol. I, p. 191)

DOMINGOS PERES (1351)

Almoxarife/Homem do Conde
LHC (doc. 6 [ant. 26])

ESTEVIÃO GARCIA (1354)

Criado do conde / Procurador de Pero Esteves
Sousa (1946, vol. I, p. 174)

ESTÊVIÃO GIL (1341-1345)

Vassalo
LHC (docs. 3-1 [ant. 3] e 24 [ant. 50])

ESTÊVIÃO PERES (1352)

Vedor dos bens de T. Vedras
LHC (doc. 7 [ant. 27])

FERNÃO VASQUES PIMENTEL (c. 1317⁹⁹)

Cavaleiro
Fernandes (1990, p. 308)

GARCIA PERES (1354)

Saquiteiro
Sousa (1946, vol. I, p. 173)

GIL ANES (1350)

Escrivão
Sousa (1946, vol. I, pp. 172 e 177)

GONÇALO ANES (1354¹⁰⁰)

Homem/Criado

⁹⁹ A data tem em conta a saída do Conde neste ano para o exílio, altura em que Fernão Vasques terá procurado outros senhores, de acordo com a rubrica de uma sátira que lhe é dirigida por João de Gaia (Cf. Sousa [2000, pp. 134-135]). É, de qualquer maneira anterior a 1325, altura em que o herdeiro de D. Dinis sobe ao trono. Para a composição e respectiva rubrica, Lapa, 1995, nº 198; Lopes (2002, nº 461).

¹⁰⁰ Em 1361, quando Pero Esteves lhe afora umas casas na Pedreira (Lisboa), é já homem do rei mas identificado como antigo criado do Conde. Cf. LHC, doc. 3-6 (ant. 8).

Sousa (1946, vol. I, p. 173)

GONÇALO ANES DE VEIRE (a.1317)

Cavaleiro/procurador

Fernandes (1990, p. 308)

GONÇALO ESTEVES DE TAVARES (1323)

Cavaleiro

Pizarro (1999, vol. I, p. 191); TT-CR (most. de Arouca, gav. 7, m^o 3, n^o 1)

GONÇALO RODRIGUES (1323)

Esmoler

Pizarro (1999, vol. I, p. 191); TT-CR (most. de Arouca, gav. 7, m^o 3, n^o 1)

GONÇALO RODRIGUES (1317)

Chanceler¹⁰¹

ML (vol. V, p. 184v)

JOÃO AFONSO CASTELÃO (1348)

Escudeiro (de D. Teresa Anes)

Sousa (1946, vol. I, p. 172)

JOÃO DE ANSIÃES (1350)

Homem

Sousa (1946, vol. I, p. 172)

JOÃO DOMINGUES (1327)

Tabelião

Rodrigues (2018, doc. 1)

JOÃO ESTEVES (1354)

Clérigo, capelão do hospital do Conde

LHC (doc. 7 [ant. 27])

JOÃO FERNANDES? (1351)

Homem

LHC (doc. 6 [ant. 26])

¹⁰¹ Como este cargo e o de esmoler estão habitualmente ligados a clérigos, poderemos estar perante o mesmo indivíduo, que aparece identificado pelas duas funções que exerceria junto do Conde.

JOÃO FERNANDES DE GOUVEIA (1351)

Vassalo

LHC (doc. 3-4 [ant. 6])

JOÃO LOURENÇO (1341)

Escrivão¹⁰²

LHC (doc. 24 [ant. 50])

JOÃO MARQUES (1341)

Celeiro¹⁰³

LHC (doc. 24 [ant. 50])

JOÃO MATEUS (1323 e 1350)

Escrivão, abade de Pera¹⁰⁴

Sousa (1946, vol. I, p. 177); LHC, doc. 6 (ant. 26)

LOPO RODRIGUES (1341-45)

Fº de Rui Gonçalves Franco (ver)

LHC (doc. 24 [ant. 50]); ML (vol. V, p. 179)

LOPO SOARES DE ALBERGARIA (1323)

Cavaleiro/Alferes

Pizarro (1999, vol. I, p. 191); TT-CR (most. de Arouca, gav. 7, mº 3, nº 1)

LOURENÇO ANES (1327)

Criado e preitador de D. Maria Ximenez¹⁰⁵

Rodrigues (2018, doc. 1)

LOURENÇO ESTEVES (1351-54)

Procurador

¹⁰² Um homónimo, clérigo, testemunha em 9 de Outubro de 1348, em Castro Rei, o traslado de uma carta de D. Maria Ximenez. Não tendo sequer a indicação de ser clérigo do Conde, não é seguro poder tratar-se do mesmo indivíduo.

¹⁰³ Embora sem indicação da ligação ao conde, segue-se a Vicente Anes, clérigo do conde, havendo, por outro lado, outras testemunhas na mesma situação e das quais conhecemos essa ligação.

¹⁰⁴ Está presente no testamento do Conde, apenas como escrivão e junto de um grupo de membros da sua casa. Nos anos subsequentes, um homónimo, clérigo, testemunha no paço do Conde de S. Vicente da Beira a carta de procuração a Pero Esteves (1351). Mas como, já em 1323, surgira como escrivão e abade de Pera, é provável que estejamos sempre perante o mesmo indivíduo.

¹⁰⁵ Enquanto criado de D. Maria, seria pessoa da sua maior confiança, razão pela qual se justifica o cargo com que surge, de seu preitador, isto é, representante na gestão dos bens do casal no entre Tejo e Guadiana.

LHC (doc. 7 [ant. 27])

LOURENÇO GONÇALVES (1310)

Vigário de Gestaço

TT (gav. 12, m. 6, doc. 20)

LOURENÇO MARTINS (1309)

Escudeiro

Pizarro (1999, vol. II, p. 372, n. 156)

MARTIM ESTEVES DE MOLNES (1323)

Cavaleiro

Pizarro (1999, vol. I, p. 191); Id. (vol. II, p. 415)

MARTIM MARTINS (1350)

Caminheiro

Sousa (1946, vol. I, p. 177)

MARTIM VASQUES (1350)

Pousadeiro

Sousa (1946, vol. I, p. 177)

PEDROLO (1351-54)

Homem

LHC (docs. 6 [ant. 26] e 26 [ant. 52])

PERO ANES DE BARCELOS (1354)

Testamenteiro

Sousa (1946, vol. I, p. 173)

PERO ESTEVES (1348-53)

Criado de D. Teresa/Vedor da casa do Conde/Provedor do hospital

LHC (docs. 2 e 10 [ant. 30])

PERO [ESTEVES] COELHO (1347)

Cavaleiro vassalo/Procurador

ML (vol. V, p. 179v)

RUI GONÇALVES FRANCO (1341-45)

Cavaleiro vassalo

LHC (docs. 3-1 [ant. 3] e 24 [ant. 50])

RUI GONÇALVES PEREIRA (1323-50)

Cavaleiro vassalo/Testamenteiro

Fernandes (1990, doc. 12); Pizarro (1999, vol. II, pp. 306-307)

TOMÉ GONÇALVES (1350)

Cozinheiro¹⁰⁶

Sousa (1946, vol. I, pp. 169-172); LHC, 3-9 (ant. 11)

VASCO ANES DE TAROUCA (1350 e 1352)

Ouvidor do Conde e de D. Teresa Anes/Procurador do Conde

Sousa (1946, vol. I, pp. 169 e 172); Costa (1977: I, 270)

VASCO GONÇALVES PEREIRA (1323)

Cavaleiro vassalo

Pizarro (1999, vol. I, p. 191 e vol. II, p. 304)

VASCO MARTINS DA CUNHA (1309-23?)

Cavaleiro /Mordomo-mor

ML (vol. V, p. 180); Pizarro (1999, vol. II, p. 372, n. 156)

VASCO MARTINS DE RESENDE

Cavaleiro

Fernandes (1990, p. 308)

VASCO MARTINS DO VALE (1349)

Escudeiro¹⁰⁷

Martins (2014, p. 59)

VICENTE ANES FORJAZ (1341-54)

Clérigo do Conde/abade de Cheleiros/Chanceler

LHC (doc. 24 [ant. 50] e 26 [ant. 52]); Pizarro (1999, vol. I, p. 191)

VICENTE MARTINS (1348)

Homem

LHC (doc. 2)

¹⁰⁶ Optamos pela transcrição de LHC que seguimos (doc. 3-9), contra a leitura de Sousa (1946), que identifica Tomé Gonçalves como “dizimeiro do Conde”.

¹⁰⁷ No testamento deixa indicação para serem entregues ao Conde o cavalo e a loriga, em cumprimento da lutuosa.

ANEXO 3

OUTROS REPRESENTANTES DOS INTERESSES DO CONDE

ANTÓNIO MARTINS, colaço da rainha e clérigo de D. Dinis
Procurador do Conde em Aragão (1310-12)
Lopes (1965, docs. IX a XIII)

ESTEVIÃO FERNANDES, tabelião de Lisboa
Procurador do Conde e de D. Maria Ximenez Cornel (1341-1346)
LHC (docs. 24 [antigo 50] e 25 [ant. 51])

ISABEL DE ARAGÃO, rainha
Tutora dos filhos bastardos do rei (1298>)
ML (vol. V, p. 269)

LOPO FERNANDES PACHECO, meirinho-mor de Afonso IV
Testamenteiro do conde (1330)
Arribas Salaberri (1971, p. 246); Rodrigues (2018, doc. 2)

MARTIM JIMÉNEZ DE AYM, vassalo de Raimundo de Cardona
Procurador do Conde no casamento com Maria Ximenez (1308-1310)
Lopes (1965, docs. V a IX)

MARTIM PERES, colaço da rainha e clérigo de D. Dinis
Emissário em questões do casamento do Conde (1308-12)
Lopes (1965, docs. I a XIII)

MARTIM PERES ALVIM, vassalo do infante herdeiro
Procurador no casamento do Conde com Maria Ximenez (1308)
Lopes (1965, docs. III a VI)

MARTINHO DE OLIVEIRA, arcebispo de Braga
Procurador do Conde na cúria (1312)
Lopes (1965, doc. XII)

PEDRO AFONSO RIBEIRO, vassalo de D. Dinis
Tutor do Conde e de Afonso Sanches (1291-1295)
Pizarro (1999, vol. II, pp. 94-95)

RAIMUNDO DE CARDONA, vassalo de D. Dinis
Procurador no casamento com Maria Ximenez (1308)
Lopes (1965, docs. I a V)

[10]

Bibliografia

Siglas:

GEPB - *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 37 vols., Lisboa - Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, 1935-1957, vol. XXXI

LHC - *Livro I do Hospital do Conde*, AML, col. Casa de Santo António

ML - *Monarquia Lusitana*, Lisboa, INCM, 2008 (reimpressão), vol. V

TT-CR - Torre do Tombo, Corporações Religiosas (most. de Arouca, gav. 7, m^o 3, n^o 1)

Autores:

Arribas Salaberri, Julio P. (1971), «Doña Maria Ximenez Cornel Condessa de Barcelhos», *Ilerda - Instituto de Estudios Ilerdenses*, n^o XXXII, pp. 231-264.

Azevedo, Pedro de (ed., 1916), «Inventários e contas da casa de D. Denis (1278-1282)», *Arquivo Historico Português*, vol. X, pp. 41-59.

Cintra, Luís Filipe Lindley (1983), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, INCM, vol. I.

Correia, Francisco Carvalho (2007), *O Mosteiro de Santo Tirso de 978 a 1588*, Santiago de Compostela, 2 vols.

Costa, M. Gonçalves (1977), *História do Bispado e Cidade de Lamego I. Idade Média: A mitra e o município*, Lamego.

Cruz, António (1938), «Breve estudo dos manuscritos de João Pedro Ribeiro», *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* (suplemento ao vol. XIV), Coimbra, Biblioteca da Universidade, pp. 131-238.

Fernandes, A. de Almeida (1990), *A História de Lalim*, Lamego, CML.

Ferreira, Maria do Rosário (dir., 2015), *De Afonso X a Afonso XI*, e-Spania Books.
Disponível em: <https://books.openedition.org/esb/785>.

—, (2019), *Pedro de Barcelos e a Escrita da História*, Porto, Estratégias Criativas.

Freire, Anselmo Braamcamp (1996), *Brasões da Sala de Sintra*, Lisboa, INCM, 3 vols.

- Lapa, Manuel Rodrigues (ed., 1995), *Cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer dos Cancioneiros Medievais Galego-Portugueses*, Lisboa, Sá da Costa.
- Lopes, F. Félix (1965), «Alguns documentos respeitantes a D. Pedro conde de Barcelos», *Itinerarium (Colectânea de estudos)*, XI, nº 50, pp. 486-503.
- Lopes, Graça Videira (ed., 2002), *Cantigas de Escárnio e Maldizer dos trovadores e Jograis Galego-Portugueses*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Marques, A. H de Oliveira (org., 1990-1992), *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, Lisboa, INIC, 3 vols.
- Marques, José (1990), «D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais», *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Porto, vol. IV, pp. 1527-1566.
- Marques, M. Alegria Fernandes et al. (2012), *As Primeiras Rainhas: Mafalda de Mouriana, Dulce de Barcelona e Aragão, Urraca de Castela, Mecia Lopes de Haro, Beatriz Afonso*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Marreiros, Rosa (1984-1985), «O senhorio da Ordem do Hospital em Amarante (sécs. XIII-XIV. Sua organização administrativa e judicial)», *Estudos Medievais*, nº 5/6, pp. 10-38.
- , (ed., 2019), *Chancelaria de D. Dinis. Livro III*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2 vols.
- Martins, Miguel Gomes (2005), «A guerra esquivada. O conflito luso-castelhano de 1336-1338», *Promontoria*, ano 3, nº 3, pp. 19-80.
- , (2014), *A Arte da Guerra em Portugal: 1245-1367*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Miranda, José Carlos Ribeiro (2018), «Maria Ximenez, Pedro de Barcelos e um cantar de escárnio de Estevam da Guarda», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, nº 3, pp. 57-75.
- Miranda, José Carlos Ribeiro; Maria do Rosário Ferreira (2015), «O projecto de escrita de Pedro de Barcelos», *Revista População e Sociedade*, CEPESE, 23, pp. 25-43 (também em Ferreira, 2019, pp. 219-244).
- Nogueira, Bernardo de Sá (1991), «A constituição do senhorio fronteiriço de Marvão, Portalegre e Arronches, em 1271. Antecedentes regionais e significado político», *A Cidade. Revista cultural de Portalegre*, nº 6 (nova série), pp. 19-45.
- Oliveira, António Resende de (2011), «O genealogista e as suas linhagens: D. Pedro, conde de Barcelos», in Georges Martin e José Carlos Ribeiro Miranda (org.), *Legitimação e Linhagem na Idade Média Peninsular. Homenagem a D. Pedro, conde de Barcelos*, Porto, Estratégias Criativas, pp. 369-389.

- Pizarro, José Augusto de Sotto Mayor (1999), *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 2 vols.
- , (2011), *D. Dinis*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Rodrigues, Miguel (2018), «Pedro de Barcelos e Maria Ximénez Cornel: O desenlace de um casamento conturbado», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, 3, pp. 77-99.
- Santos, Aurora Almada *et al.* (dez. 2017), «Fontes medievais do Arquivo Municipal de Lisboa para o estudo dos hospitais», *Cadernos do Arquivo Municipal*.
Disponível em: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/8/varia_aml08.pdf
- Serrão, Joel e Marques, A. H. de Oliveira Marques (dir., 1996), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, vol. III.
- Sousa, António Caetano de (1946), *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 2ª ed. por Manuel Lopes de Almeida e César Pegado, Coimbra, Atlântida, vol. I.
- Sousa, Bernardo Vasconcelos e (2000), *Os Pimentéis. Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*, Lisboa, INCM.
- Ventura, Leontina (1992), *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2 vols.